

A busca do modelo ideal

FÁTIMA CUNHA FERREIRA PINTO

5 FEB 1990

Chaim Perelman, em seu trabalho "Demonstração e argumentação", diferencia estas duas categorias do título através da análise de seus significados. A argumentação, diz o filósofo, é essencialmente comunicação, diálogo e discussão; a demonstração — como o próprio nome indica — é a exposição de dados e premissas, seguida de conclusões sobre os mesmos. Na argumentação interagem, constantemente, os sujeitos envolvidos na ação, podendo resultar desta interação outros objetos para novas argumentações; na demonstração justificam-se os resultados (satisfatórios ou não), a partir dos dados levantados, na tentativa de se "demonstrar" um "cálculo" ou operação realizada.

De um modo geral, tem sido mais utilizada na análise da escola pública a dimensão demonstrativa da situação detectada. A escola é vista sob o ângulo dos índices de repetência, de evasão escolar etc., e as avaliações são realizadas a partir desses dados, tornando a reflexão circular, secundária e até fechada em si mesma.

O discurso competente sobre a escola pública não estabelece uma razão direta sobre a competência da prática da escola pública e, em grande parte, não discute o que se poderia denominar hiato identificatório na práxis educacional. A prática existente não comporta um mecanismo dialógico necessário à argumentação acerca das evidências concernentes à escola e sua realidade.

Tem-se tido a preocupação, ao longo do exercício profissional, de garantir o espaço da argumentação no contexto onde se insere a escola pública. A qualidade de ensino, neste sentido, não pode estar atrelada apenas às questões demonstrativas, mas deve avançar pelos diálogos e debates, para garantir a especificidade e dignidade da categoria pretendida.

A questão da escola pública deve ser determinada por algumas variáveis impres-

cindíveis à análise, mas não se deve ater à sua priorização em detrimento de outras, por exemplo. Isto porque: a argumentação supõe discutir a própria história da educação no Brasil, que teve as suas origens numa abordagem positivista-humanista; a argumentação dirige as reflexões para o movimento escolanovista, com as contribuições de Anísio Teixeira e Paschoal Leão, entre outros; a argumentação abre o debate sobre o ideário político ideológico das legislações pertinentes às diretrizes e bases educacionais; a argumentação questiona o papel das representações sociais e a sua estreita relação com o modelo sócio-político-econômico vigente. Os passos para a compreensão da escola pública, como instituição, repousam tanto na dimensão ideográfica que perpassa o desempenho e a atribuições dos protagonistas que atuam na e sobre a escola.

Torna-se imperativo rever a epistemologia da escola e discutir, criticar, questionar sobre a transmissão do saber, a formação do saber-fazer e, acima de tudo, a formação do ser, para que se possa compreendê-lo sob o prisma da formação e construção da cidadania.

Um retorno a Perelman é necessário para fundamentação de base dos argumentos propostos. Para o autor, existem argumentos quasilógicos, argumentos que estão fundamentados na realidade, e outros que pretendem estruturar a realidade existente.

Num primeiro bloco estariam os argumentos tidos como quasilógicos que permeiam a análise dos dados a partir do que se tem, para que se possa obter outros de relevância. Através deste procedimento encontraremos algumas incompatibilidades naturais que, devidamente superadas, levariam ao sucesso dos objetivos propostos. A análise da escola passaria a ser feita pelo que ela é hoje, e pelo que dela se pretende amanhã. Quais argumentos seriam necessários à superação e transfor-

mação de situações cristalizadas? Discutir-se-ia então, neste bloco, a questão da escola que se tem, em relação àquela que se deseja construir.

No segundo grupo, os argumentos seriam abordados pela relação causa-efeito, isto é, verificar-se-ia, na realidade, a origem e a consequência dos dados estudados. O debate em potencial, aqui proposto, da escola pública deixa clara a intenção de envolver todo o contexto onde se desenvolve esta unidade de ensino, analisando as situações encontradas, não de forma factual, casuística, mas das adversidades, contradições e conflitos que permeiam seu universo.

No terceiro grupo, os argumentos iriam indicar uma estrutura da realidade analisada, através de exemplos, modelos e analogias dos casos estudados. Nesta categoria, uma questão se impõe: existe um "modelo" de escola pública passível de efetivação? A partir de que lógica estrutural estaria fundamentada esta argumentação?

O fato a ressaltar é: partindo do recorte da argumentação, poder-se-á avançar da evidência empírica pura dos dados detectados para uma ampla análise de diferentes argumentos sobre a escola pública, num processo permanente de diálogo e debate.

A proposta está lançada — análise da escola existente, através da argumentação —, a fim de que se estabeleça, pela interação das vozes que a analisam, um fórum permanente e aberto para a construção da escola de todos ideal: a escola pública comprometida com a qualidade, com a democracia, com a formação crítica de seus atores principais — os alunos — e, principalmente, com a adequação de modelos à transformação natural que lhe impinge o progresso social.

Fátima Cunha Ferreira Pinto é Doutora em Filosofia e Secretária de Estado de Educação.